

5tas. Jornadas Uruguayas de história econômica

Simpósio nº 18

Mercado Y mundo del trabajo em Uruguay y américa: evolución em el siglo XX

A implantação das carteiras de trabalho no Rio Grande do Sul: os primeiros dez anos de resultados da pesquisa sobre a Delegacia Regional de Trabalho do Rio Grande do Sul.

Autores: LONER, Beatriz Ana; SCHNEIDER, Kate Mariana

Afiliação: Professora doutora do Depto de História e Antropologia do ICH-UFPe e Coordenadora do Núcleo de Documentação Histórica (NDH-UFPe). E-mail: bialoner@yahoo.com.br

Aluna do Curso de Licenciatura em História do Instituto de Ciências Humanas (ICH-UFPe) e Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. E-mail: kate_lemke@hotmail.com

Esta comunicação pretende apresentar alguns dos resultados possíveis de serem obtidos sobre o acervo da delegacia Regional do Trabalho do estado do Rio Grande do Sul (DRT-RS), com relação aos trabalhadores sul-riograndenses que fizeram sua carteira de trabalho entre os anos de 1933 a 1942, no período inicial de implantação das leis trabalhistas.

No momento de fazer a ficha, cada trabalhador preenchia a ficha de qualificação profissional, com os principais dados que constariam na carteira. Este formulário era guardado nos arquivos do órgão, dando origem ao acervo de que hoje se dispõe e que está sob a guarda do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPe) desde 2001.

O Ministério do Trabalho formou profusa documentação a respeito do universo do trabalho no Brasil e algumas dessas fontes já foram perdidas ou estão correndo o risco de deteriorar-se, devido à falta de resguardo da documentação e de uma política consolidada de preservação dos arquivos de suas Delegacias Regionais. Ao trabalhar com os dados constantes na ficha-espelho, este projeto pretende, além de caracterizar o trabalhador gaúcho de meados do século XX, com carteira assinada, demonstrar as potencialidades desse tipo de pesquisa quantitativa, o que, eventualmente, pode auxiliar a despertar o interesse no resguardo de outras coleções documentais de base quantitativa.

O acervo é composto de aproximadamente 670.000 fichas de trabalhadores, desde o ano de 1933 até 1968. Cada uma das fichas contém a foto do trabalhador, nome, nacionalidade, filiação, idade, estado civil, número e nome dos filhos e demais dependentes, grau de escolaridade e outros dados referentes ao seu trabalho, caso já o tivesse no momento da elaboração do documento. Este é caso de boa parte dos trabalhadores destes primeiros anos, pois o processo de implantação da carteira de trabalho privilegiava exatamente aqueles que estavam trabalhando. Para estes primeiros anos, os identificadores, nome dados aos profissionais que faziam o cadastramento dos trabalhadores, poderiam se deslocar para empresas ou associações de trabalhadores para realizar seu trabalho, Nesta medida, muitas das

carteiras iniciais apresentam um retrato mais variado do trabalhador do que as posteriores, quando a Delegacia já possuía uma sede em cada cidade de médio ou grande porte no estado e os trabalhadores também passaram a fazer sua carteira mesmo antes de procurar o emprego, em muitos casos. Assim, estas carteiras iniciais, embora não consigam abranger o universo dos trabalhadores de carteira assinada no estado e possam apresentar vieses, decorrentes do privilegiamento inicial de algumas grandes cidades, por outro lado, também mostram uma visão bem mais abrangente, com trabalhadores de idade mais alta fazendo suas carteiras juntamente com jovens, e até crianças, embora já houvesse leis tentando regulamentar o trabalho infantil.

Vai-se apresentar resultados da pesquisa, referente aos anos de 1933 a 1942, período referente aos primeiros dez anos da implantação da carteira de trabalho no Brasil. Os dados existentes são de caráter quantitativo e permitem identificar fatores como grau de instrução/escolaridade, estado civil, origem, filiação, indicadores antropométricos (altura, cor, sinais particulares, etc.), indicadores profissionais (profissão, estabelecimento a que pertence e a função do mesmo) e sindicalização, entre outros. No caso de trabalhadores estrangeiros, também é colocado seu país de origem, data da chegada e nome e idade dos filhos brasileiros.

Foi criado um Banco de dados das fichas, com cerca de 50 campos distintos que está sendo continuamente incrementado com a digitação de todos os dados de cada trabalhador, inclusive seu nome. Contudo, neste artigo vamos apresentar apenas as informações referentes ao perfil do trabalhador quanto a sua cor, educação, nacionalidade, gênero e idade, bem como estado civil.

Além disso, vamos avaliar como ocorreu a implantação das carteiras de trabalho nos diferentes municípios gaúchos, visto que apenas uma parte dos trabalhadores urbanos conseguiu dispor de sua carteira durante este período, devido tanto a dificuldades de implementação do sistema de elaboração das mesmas, quanto pelas estratégias utilizadas pelos empregadores para não cumprir com esta obrigação trabalhista.

O contexto da implantação das leis.

A partir de 1930, ocorre uma reestruturação do estado brasileiro, conhecida como “Revolução de 30”, pois tem sua origem no golpe de estado ocorrido em outubro daquele ano e que levou Getúlio Vargas ao poder, numa aliança com setores dissidentes da elite e o Exército, mas que depois se alargou de modo a incluir outras classes e setores de classe, dando origem a uma ampla modificação no sistema de governo. Um dos principais problemas identificados pela equipe de Vargas naquele momento, era a integração dos trabalhadores urbanos na sociedade industrial, pois até então, este setor havia sido mantido afastado dos principais direitos sociais, como educação, saúde e previdência pública. Dessa forma, um cuidado especial foi dado aos trabalhadores, através de copiosa lei trabalhista, instituidora de direitos para os mesmos, ao lado de uma rigorosa legislação sindical que atrelava os sindicatos ao estado, principalmente ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC).

Esse processo de implantação e evolução da legislação trabalhista já foi – e continua sendo- objeto de inúmeras leituras e questionamentos, nos vários ramos das ciências humanas. Como base do Brasil moderno, o período de 1930 sempre é revisitado de várias formas, sendo objeto de sucessivas reconstruções historiográficas e de polêmicas intensas, dos quais são exemplos os trabalhos de Weffort, 1972; Vianna, 1976; Almeida, 1978; Boito, 1991; Antunes, 1982, Araujo, 2002,). Expressivamente, voltou a cena a discussão sobre a questão da

autonomia ou heteronomia de classe (GOMES,1988) e a crítica a noção do sindicalismo populista, com implicações que remetem diretamente à relação sobre a participação política dos trabalhadores frente ao Estado no pré-64 (FERREIRA, 2001).

Na realidade os novos dirigentes precisavam reorientar a estrutura econômica do país, bastante prejudicada pela crise de 1929 e a excessiva dependência da agricultura de exportação, especificamente o café. Após um período inicial, a industrialização como política governamental vai aglutinar vários setores econômicos e políticos do país. Dentro deste esquema, a regulamentação do trabalho urbano e industrial e o concomitante controle do operariado vão se tornar decisivos para as políticas governamentais. Ao lado disso, desde 1929 notava-se uma forte investida do Partido Comunista do Brasil entre o operariado, com a fundação de sindicatos, congressos e tentativas de participação eleitoral, além da ocorrência de greves, algumas delas de longa duração, como aquela dos tipógrafos em São Paulo. Dessa forma, a própria conjuntura parecia indicar a necessidade de resolução da questão operária. Uma rápida olhada no cronograma de implantação das principais medidas referentes aos trabalhadores, deixa claro a rapidez com que o MITC, criado 20 dias depois da tomada do poder, tratou de legislar sobre os trabalhadores. Ainda no ano de 1930, em 12 de dezembro, foi baixado o Decreto 19.482, chamado lei dos dois terços, que determinava que houvesse uma maioria de trabalhadores nacionais dentro das fábricas, pois tendeu-se a identificar os estrangeiros como o principal grupo causador de problemas entre o operariado.

Nos próximos dois anos, ainda durante o governo provisório, vão sair as principais legislações em relação a direitos: regulamentação do trabalho da mulher e do menor; criação da carteira profissional, convenções coletivas de trabalho, duração de 8 horas do trabalho urbano, limitação do trabalho noturno e descanso semanal para empregados. Contudo, ao mesmo tempo se estabelece, pelo decreto 19.770, de 19 de março de 1931, a regulamentação sindical. Esta vai permanecer, com algumas modificações, ao longo de todo o regime varguista e mesmo além, pois não será modificada nem com a chamada “redemocratização de 1945”, dessa forma tornando os sindicatos brasileiros daí para frente, no dizer de Armando Boito (1991): ‘aparatos do estado’, que, entretanto, tinham uma forma curiosa de funcionamento, sendo deixados livres de amarras em períodos de maior participação popular e sendo tolhidos em suas atividades, apenas pelo uso integral da lei, quando necessário .

Posteriormente, outras leis complementaram o quadro, com destaque para a criação da Justiça do Trabalho, iniciada em 1932, com a criação das Comissões de Conciliação e Justiça e finalizada com a criação de uma justiça própria em 2/5/1939, através do decreto lei nº 1.237. A implantação do salário mínimo ocorreu em 1940 e o Imposto Sindical, fonte de recursos para os sindicatos, mas também fator de atração frente aos trabalhadores, passou a existir através do decreto- lei nº 2377, de 8 de julho de 1940. As últimas leis já foram criadas durante a ditadura do Estado Novo, na qual Vargas promulgou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que, embora com várias modificações, ainda concentra a principal legislação do setor.

Quanto aos direitos trabalhistas, houve uma grande recepção aos mesmos por parte dos trabalhadores, mas também resistência pelos empregadores. Na tentativa de implantar os sindicatos oficiais, a legislação inicial terminou atrelando a aquisição de vantagens aos trabalhadores à participação nos sindicatos.

Assim, o decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932, que estabelecia a Carteira de Trabalho, a colocava como opcional ao trabalhador, mas sua regulamentação pelo decreto nº 22.035, de 29 de outubro do mesmo ano, a transformou rapidamente em imprescindível. Seu artigo 12º estabeleceria sua validade como documento de identidade e o 13º a transformaria

em prova comprobatória, em caso de conflitos entre patrões e trabalhadores. Ao mesmo tempo, ela se tornava obrigatória, pelo art.25º, para aqueles que resolvessem impetrar alguma queixa ou demanda junto ao Ministério. (KOSCHIER, 2006).

Em 1934, o decreto nº 24.694 condicionava a sindicalização aos empregados com carteira profissional. (TROYANO, 1978). Ainda buscando incentivar a sindicalização oficial, o governo impôs que só teria direitos aos benefícios trabalhistas concedidos por lei, o trabalhador que possuísse sua carteira e fosse sindicalizado. Dessa forma:

[...] o Estado, desde 1933/1934, com a carteira de trabalho e as exigências para a participação na representação classista da assembleia nacional constituinte, atrelou incondicionalmente o gozo dos benefícios sociais à condição de trabalhador sindicalizado. Só ‘quem tem ofício’ – quem é trabalhador com carteira assinada e membro de um sindicato legal- ‘tem benefício’. (GOMES, 1988, p. 194)

O trabalho constituía um dos cernes da noção de cidadania, para a legislação varguista. Desta forma “o universo do trabalho, durante o Estado Novo, não comportou meios termos: ou se era trabalhador com profissão regulamentada e carteira assinada, ou se era ‘vagabundo’”(Konrad, 2006, p. 252).

Assim, entende-se porque o gozo de vários benefícios foram concedidos apenas aqueles que podiam comprovar ser trabalhadores e porque, em certo momento, apenas estes poderiam recorrer à Justiça específica, fosse ela a do Trabalho, ou a suas antecessoras, as Juntas de Conciliação e Julgamento.

Biavaschi (2007) ao analisar um dos primeiros processos que deu entrada em Rio Grande, ainda no ano de 1941, de Albertina Milford da Costa, operária das tecelagens Rheingantz, que reclamava sua integração ao trabalho, pois havia sido considerada curada da tuberculose, que a havia afastado do trabalho anteriormente, retrata em minúcias a luta desta operária para fazer valer seus direitos, que iniciavam com a prova de que era sindicalizada e possuía a carteira de trabalho e culminava quando, após a vitória na causa, Albertina pede a devolução de sua carteira, segundo a autora “ documento-simbolo da conquista da identidade e cidadania operária” muito importante como “ registro de pertencimento à classe trabalhadora e como exigência para o exercício do direito de reclamar” (Biavaschi, 2007, p. 44 e 245).

Sem compartilharmos o entusiasmo pela carteira como símbolo da cidadania operária, pois como historiadores, sabemos da forma como até hoje, ainda é restringida sua aplicação, deve-se entretanto, considerar que os próprios trabalhadores a viam como documento essencial para suas demandas. Vale, portanto, historiar um pouco seu estabelecimento e implantação:

As carteiras eram responsabilidade do Departamento Nacional do Trabalho, criado ainda em fevereiro de 1931 (decreto 19.671). Sua implantação foi parte inicial e essencial da legislação social para o trabalhador, já que, como “criação do pós-30 e documento por excelência do novo regime, traduzia o tipo de relação entre cidadão e estado que se desejava construir”. (GOMES, 1988, p. 242). Hoje em dia, seu valor como documento comprobatório para demandas trabalhistas e aposentadoria é fundamental. Mas, quando de sua implantação, elas tinham ainda a função de serem necessárias frente a qualquer reclamação a ser feita. Por exemplo, em carta endereçada a Getúlio Vargas em 23 de fevereiro de 1940, o advogado trabalhista José Oliveira, de Rio Grande, que defendia os interesses de três sindicatos (tecelagem, panificação e metalúrgicos) pelo menos, reclamava vários itens da legislação não cumpridos pelos empregadores naquela cidade. Por outro lado, por alegada “falta de material”

no posto de identificação, “milhares de proletários estavam impossibilitados de identificarem-se para receber a carteira de trabalho”. Com isso, concluía ele, “nenhum proletário poderia apresentar queixa no posto de fiscalização do Ministério do Trabalho” pois era necessária a carteira profissional. (KONRAD, 2006, p.179). Apesar do Ministério encaminhar a carta para o Inspetor regional na cidade, nada de concreto foi realizado.¹

Vê-se, portanto, a fórmula envolvente com que o governo agiu em relação aos itens da legislação trabalhista. Ao condicionar um benefício a outro, terminava fazendo com que todos fossem perseguidos pelos trabalhadores, ao mesmo tempo que conseguia tempo para que seus órgãos de controle e assistência entrassem em funcionamento. Por outro lado, não é preciso dizer o quanto tal demora era favorável a maioria dos empregadores, que então não precisavam cumprir as determinações trabalhistas, nem poderiam ser acionados pelos trabalhadores. As dificuldades adicionais funcionavam, então, como um amortecedor frente aos interesses diversos de empregados e empregadores.

Para aqueles que acreditavam no ideário trabalhista, seu valor era tão arraigado que várias formas foram vistas para trazer aos municípios seus benefícios. Por exemplo, em Ijuí, João Agostini, líder sindical e, depois, presidente do Partido Trabalhista Brasileiro no município, foi um dos responsáveis para que no Município não houvesse solução de continuidade na feitura das carteiras, por ocasião da Segunda Guerra. Ele, que já era auxiliar do fiscal do Ministério do Trabalho na cidade, passou a fazer pessoalmente este trabalho durante a Segunda Guerra, quando o fiscal do ministério passou a ter dificuldades em deslocar-se até lá. Posteriormente, foi nomeado identificador profissional do Ministério e instalou um escritório em sua casa, orientando também questões sobre legislação trabalhista e intermediando os conflitos entre os trabalhadores e seus empregadores, tornando-se pessoa influente na problemática trabalhista na cidade (WEBER, 2002). Naquela cidade, o posto de feitura das carteiras ficava dentro do Circulo Operário, entidade da qual Agostini também era personagem principal (Weber, 2002). Em contraposição, em Rio Grande, o posto de trabalho dos identificadores ficava dentro da tradicional Sociedade União Operária, cuja recusa a continuar com o serviço em sua sede, levou a paralisação do serviço. De todo o modo, pode-se ver que Rio Grande, cidade de trabalhadores muito mais politizados do que Ijuí, também considerou a interrupção dos serviços, devido a intransigência da sociedade, tão importante, que rompeu com esta e passou a fazer as reuniões da frente sindicalista fora dela (LONER, 1999).

Metodologia de trabalho

O total do acervo da DRT cobre os anos de 1933 a 1968 e é composto por 1053 caixas tipo "arquivo morto", as quais ocupam, aproximadamente 11,5 metros cúbicos de espaço,

¹ ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 207, Documento 6390/40. Carta de Rio Grande em 23 de fevereiro de 1940 e ANRJ/FGCPR, Série Ministério do Trabalho, Lata 207, Documento 6390/40. Carta de Rio Grande em 23 de fevereiro de 1940. Resposta do inspetor Carlos Freitas ao despacho do Ministério do Trabalho. Posto de Fiscalização da 17ª. Delegacia Regional do MTIC. Rio Grande, 22 de setembro de 1940., *apud* KONRAD, 2006, p.179 e 180, nota 472 e 473.

existindo ainda outras 53 caixas de papel grande, para os registros em forma de cadernos, que ocupam um espaço de aproximadamente 1,75 metros cúbicos. O total é de 627.213 fichas, com dados e fotos individuais, distribuídos em 12.736 cadernos ou livros. Além disso, acompanham o acervo diversos documentos avulsos, como pedidos de benefícios, certificados de reservista, atestados de residência e fotos soltas, de pessoas ou atividades sindicais, etc, somando 28.593 unidades.

Sua digitação em banco de dados feito especialmente para este fim, resultado de projeto anterior. Este Banco de Dados é extremamente preciso e amplo, capaz de acondicionar todos os milhares de dados a serem digitalizados, bem como flexível e sofisticado o suficiente para permitir diversos cruzamentos dos dados entre si, quando pronto. Ele possui cerca de 50 campos, dois deles com espaço para digitação de sinais particulares ou observações do digitador, formando um conjunto extremamente rico e interessante de combinações passíveis de análise posterior, a serem facilmente recuperadas, a partir de comandos informáticos de acesso simplificado.

O maior problema com o Banco de Dados é a digitação dos mesmos, que é extremamente demorada, como resultado da falta de recursos para financiamento de digitadores, sendo que, deste modo, a digitação é feita somente pelos bolsistas, sendo que os voluntários podem, no máximo, limpar o material. Por outro lado, até aproximadamente 1945, os dados são escritos a mão e então tem-se também a tarefa de entendimento das caligrafias diversas. Nos primeiros anos da pesquisa, a digitação decorreu rapidamente, pois haviam poucas fichas por ano, como resultado ainda do processo de implantação. Contudo, a partir do ano de 1941, as fichas se expandiram e crescem continuamente, tornando o trabalho ainda mais moroso.

Sabemos que é um projeto para longuíssimo prazo, pois nem 10% do material foi digitado ainda, mas não temos outra opção senão prosseguir desta forma, visto já termos tentado outras fontes de financiamento sem sucesso². Apenas a elaboração do Banco de Dados conseguiu ser financiado pelo projeto Memória do trabalho.

3- A Implantação das carteiras:

Do total de 41 807 fichas digitadas até o ano de 1942 (sendo os dados do último ano parciais, estando este ainda em processo de digitação) tem-se que dois terços das fichas dizem respeito à Porto Alegre, sendo que as demais estão completamente pulverizadas entre o conjunto das médias e pequenas cidades gaúchas, com ou sem industrialização. Esses dados não são resultado de nenhuma forma de planificação anterior, nem quanto a região em que foram colhidos, nem quanto aos estabelecimentos representados.

Como já foi dito anteriormente, nestes primeiros anos os identificadores viajavam pelo estado para fazer as carteiras. As Inspetorias Regionais, criadas em 1932, estavam estabelecidas nas capitais e, em 1940 foram transformadas em Delegacias Regionais do Trabalho.. No Rio Grande do Sul, apenas em 1945, Passo Fundo teve um Posto de Atendimento e Identificação, seguido por Pelotas em 1948.

Quando os identificadores se deslocavam pelo estado, era comum serem recepcionados e desenvolverem suas atividades em sindicatos ou associações, ou ainda, dependendo da postura

² Três tentativas foram feitas, tanto para o CNPq, quanto para órgãos outros, como Petrobrás e a promoção da cultura. Nenhuma teve sucesso, pois se para o CNPq, digitação em banco de dados não é pesquisa histórica, para os editais sobre acervos, isso não se constitui em atitudes de preservação de acervo. Portanto, o projeto é levado adiante por bolsista de extensão e de Iniciação Científica, há vários anos, motivo maior de sua demora.

do empresariado, em alguma fábrica ou loja. Com relação a Porto Alegre, a elaboração da carteira também variava entre aqueles trabalhadores que iam por vontade própria requerer sua carteira, aqueles que a faziam porque o identificador tinha ido até a empresa, ou estabelecimento em que trabalhavam e então, todos a haviam feito, frequentemente até o dono. Neste caso, por exemplo, entende-se que estabelecimentos comerciais importantes, como a Livraria do Globo, tiveram suas carteiras profissionais antes do que setores de produção fabril em Porto Alegre. O próprio preenchimento dos cadernos iniciais, em que várias folhas são dedicadas a mesma indústria ou loja, deixa isso evidente. Ainda discutindo os cuidados que se deve ter com esse material, é bom lembrar que muitos patrões viam com muita reserva o estabelecimento da carteira e, este fator deve ser considerado como obstáculo a implantação da mesma. Se, para as próximas décadas, isso não mais será um fator relevante na análise, nestes primeiros dez anos, estes problemas devem estar bem presentes ao longo da análise.

Dessa forma, os dados não permitem qualquer investigação quanto o desenvolvimento regional, ou ao tipo de indústria predominante em uma ou outra cidade, ou a quantos trabalhadores o estado possuía em cada um dos anos. A primeira tabela abaixo coloca a dispersão da elaboração da carteira no estado, pelos dados digitados até o momento.

TABELA 1 - NÚMERO DE CARTEIRAS PROFISSIONAIS SOLICITADAS POR CIDADE (1933-1942)

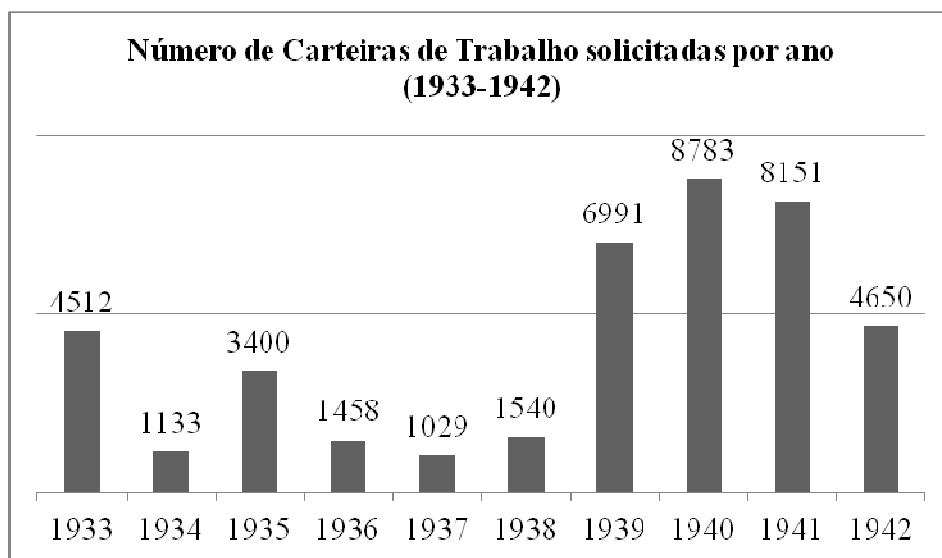
Cidade	Nº de Carteiras de Trabalho	Porcentagem
Porto Alegre	26497	63,38%
Rio Grande	1475	3,53%
Pelotas	1359	3,25%
Santa Cruz	956	2,29%
Passo Fundo	850	2,03%
Santa Maria	794	1,90%
São Leopoldo	627	1,50%
Novo Hamburgo	592	1,42%
Bagé	544	1,30%
Santana do Livramento	887	2,12%
Uruguaiana	433	1,04%
Caxias do Sul	764	1,83%
Taquara	345	0,83%
Não informado	323	0,77%
São Jerônimo	315	0,75%
Rosário	285	0,68%
Ijuí	264	0,63%
Cruz Alta	259	0,62%
São Gabriel	244	0,58%
Carazinho	242	0,58%
Alfredo Chaves	239	0,57%
Santo Ângelo	207	0,50%
Cachoeira	203	0,49%
Lajeado	201	0,48%
Canela	164	0,39%
José Bonifácio	131	0,31%
Getúlio Vargas	121	0,29%

Júlio de Castilhos	114	0,27%
Bento Gonçalves	112	0,27%
São Borja	104	0,25%
Montenegro	103	0,25%
Canoas	103	0,25%
Pindorama	100	0,24%
Jaguarão	99	0,24%
Estância Velha	98	0,23%
Santa Rosa	98	0,23%
Cachoeira do Sul	93	0,22%
Sapiranga	79	0,19%
Campo Bom	78	0,19%
Guaporé	77	0,18%
Tupanciretã	72	0,17%
Estrela	68	0,16%
Alegrete	66	0,16%
Carazinho	56	0,13%
Lageado	55	0,13%
São Pedro	54	0,13%
Arroio do Meio	53	0,13%
Itaqui	51	0,12%
Erechim	47	0,11%
Encantado	43	0,10%
Dom Pedrito	42	0,10%
Butiá	81	0,20%
Vacaria	39	0,09%
Rio Pardo	38	0,09%
Arroio dos Ratos	35	0,08%
Tapes	29	0,07%
Barra do Ribeiro	27	0,07%
São Lourenço	24	0,06%
Jaguari	23	0,06%
Conde	23	0,06%
Venâncio Aires	22	0,05%
Gravataí	20	0,05%
Santa Bárbara	17	0,04%
Candelária	17	0,04%
Gramado	14	0,03%
Garibaldi	13	0,03%
Erebango	12	0,03%
Encruzilhada	12	0,03%
Vila Clara	12	0,03%
São Sebastião do Cai	11	0,03%
Antônio Prado	11	0,03%
Santiago	11	0,03%
Outras	129	0,30%

Quanto à implantação das carteiras, o processo foi longo. Apenas para os primeiros anos da década de 1940 houve um volume maior de documentos feitos e já se sabe que, para o próximo ano a ser digitado, 1943, o volume de novas carteiras será pequeno, resultado da implantação de nova sistemática, que terminou interrompendo novamente o processo de elaboração da mesma.

O gráfico a seguir, nos informa sobre esta situação, ano a ano:

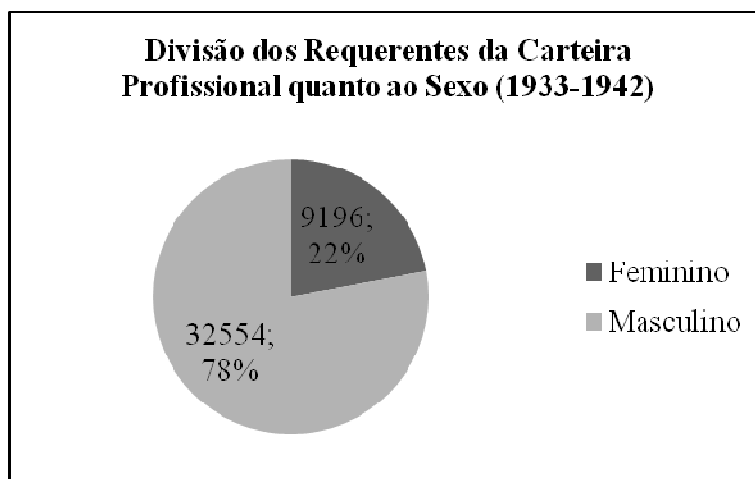
GRÁFICO 1 – IMPLANTAÇÃO DA CARTEIRA



Por ele, percebe-se que houve um incentivo inicial, mas que, após 1935, sua implantação diminuiu notavelmente, sendo retomada apenas em 1939, a questão da implantação da carteira voltou novamente a pauta trabalhista. O fato de ser necessário a solicitação inicial do trabalhador para fazer a carteira não deve levar a ideia de que nestes anos houve uma rejeição a ela. Pelo contrário, o que deve ter ocorrido é que, com a diminuição do trabalho sindical, provocado pela forte repressão a partir da insurreição da Aliança Nacional Libertadora, este setor parou de incentivar a elaboração das carteiras, o que passou a ser feito, posteriormente, pelos agentes do governo. Assim, a partir de 1939, a instalação das delegacias regionais, a composição do corpo burocrático necessário para as etapas administrativas de sua implantação, aliada a vontade política dos ministros e do próprio Vargas, agora com totais poderes, devido à ditadura, propiciaram a retomada do processo.

4- Algumas constatações sobre o trabalhador destes anos:

GRÁFICO 2 - GÊNERO E TRABALHO



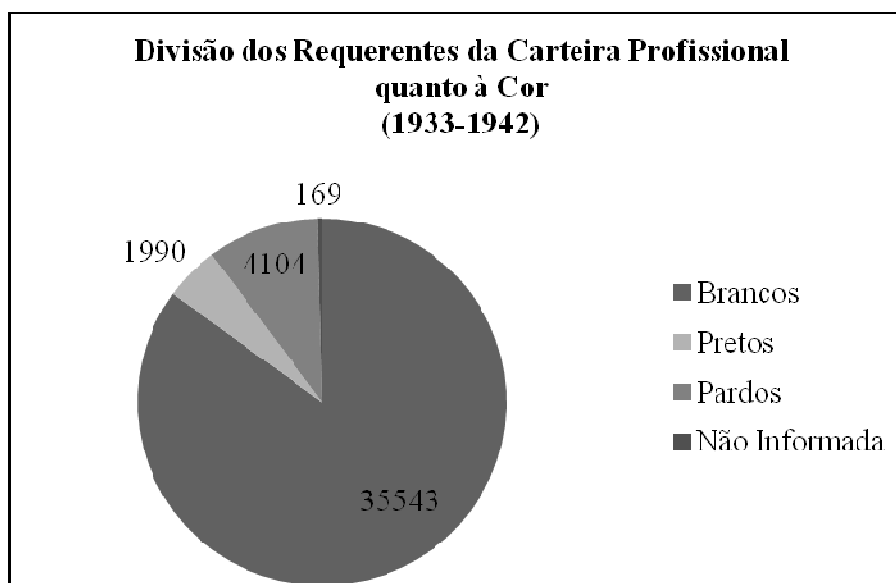
A situação evidenciada acima não traz nenhuma surpresa, visto que neste momento, boa parte dos trabalhadores pertenciam ao sexo masculino, sendo que as mulheres só trabalhavam de forma complementar ou, frequentemente, forçadas pela necessidade do sustento de suas famílias.

Entretanto, pela tabela 2, pode-se ver que elas constituíam apenas cerca de 20% do pessoal empregado. Em sua maioria, eram solteiras e trabalhavam apenas até casar, ou, quando casadas, apenas em casos de muita necessidade ou viuvez. Suas ocupações correspondiam àquelas ocupações tradicionais da mulher na sociedade, seja as vinculadas a arrumação e limpeza, como faxineiras, arrumadeiras (serviços gerais), costura e fiação, ou ainda como educadoras, enfermeiras, cozinheiras, etc. O serviço doméstico não era regulamentado e estava completamente fora das demandas trabalhistas daqueles tempos, o que fazia invisível boa parte do exército feminino do setor de serviços. Ainda havia aquelas que trabalhavam em estabelecimentos variados, como vinculados ao preparo de refeições e doces, a beleza e a saúde, os quais estão extremamente sub-representados nos dados abaixo, como se pode comprovar.

TABELA 2- OCUPAÇÕES FEMININAS, POR COR.

Ocupação	Brancas		Pardas		Pretas ³		Total	
Prestação de Serviços	2221	28,07%	467	5,92%	213	2,07%	2909	36,26%
Auxiliar de Comércio	1656	20,92%	55	0,70%	9	0,11%	1747	22,07%
Confecção	852	10,77%	96	1,22%	29	0,37%	987	12,49%
Embaladoras	400	5,06%	24	0,31%	*	*	424	5,37%
Fiação e Tecelagem	322	4,10%	15	0,19%	2	0,03%	342	4,34%
Educação	240	3,04%	2	0,03%	*	*	242	3,07%
Serviços Gráficos	123	1,56%	13	0,17%	*	*	137	1,74%
Indústria Calçadista	103	1,31%	6	0,08%	*	*	109	1,39%
Indústria Fumageira	68	0,86%	19	0,24%	5	0,06%	92	1,16%
Doceiras	82	1,04%	2	0,03%	1	0,01%	85	1,08%
Serviços Burocráticos	82	1,04%	1	0,01%	*	*	82	1,04%
Indústria Frigorífica	66	0,83%	12	0,15%	1	0,01%	79	0,99%
Moda e Beleza	68	0,86%	2	0,03%	*	*	70	0,89%
Área da Saúde	41	0,56%	2	0,03%	1	0,01%	44	0,56%
Telefonistas	26	0,33%	*	*	*	*	26	0,33%
Jornaleiras	18	0,23%	4	0,05%	1	0,01%	23	0,29%
Caixeira	19	0,24%	*	*	1	0,01%	20	0,25%
Ferrovária	19	0,24%	*	*	*	*	19	0,24%
Bordadeiras	15	0,19%	1	0,01%	*	*	16	0,20%
Panificio	14	0,18%	1	0,01%	*	*	15	0,19%
Jornalistas	5	0,07%	*	*	*	*	5	0,07%
Outras Profissões	283	3,62%	27	0,35%	7	0,09%	317	4,06%
Não Informada	118	1,49%	8	0,10%	4	0,05%	134	1,69%

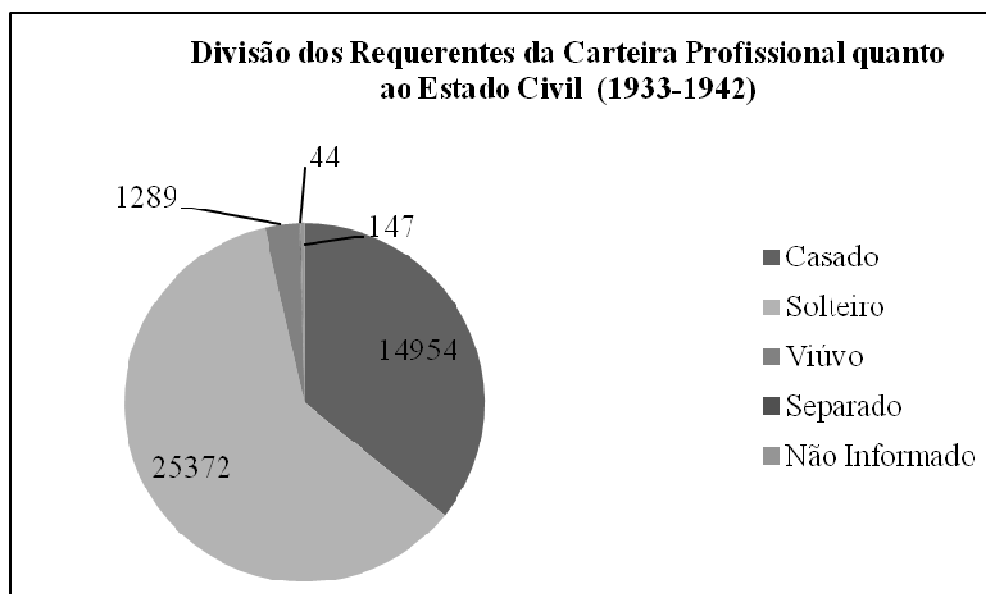
GRÁFICO 3 - TRABALHO E COR



Com relação à cor, pode-se ver que a grande maioria dos trabalhadores era branca, seguidos pelos pardos e uma pequena quantia de trabalhadores pretos. Isso, sem dúvida, reflete o fato de que a maioria dos dados vem de Porto Alegre e cidades próximas, nas quais se encontra um grande número de colônias de imigração, dos quais também vem boa parte dos empresários, que, desta forma, terminam privilegiando pessoas da mesma cor ou origem étnica em suas contratações, como é o caso da Renner, por exemplo. Há bairros industriais em Porto Alegre com alta percentagem de famílias imigrantes e os dados refletem, em parte, esta situação (FORTES, 2004). Por outro lado, não se pode deixar de lado a existência de um profundo preconceito racial contra os afrodescendentes que também está representada em parte nesta tabela. Apenas com relação às mulheres aprofundamos um pouco este dado, tentando descobrir quais os tipos de serviços em que eram empregadas nas fábricas. Voltando, pois a tabela 2, vê-se que há um pequenino número de mulheres negras e estas, em sua maioria, estão trabalhando nas áreas de prestação de serviços, confecção de roupas e, na indústria, apenas a fumageira, a qual não é considerada um trabalho aprazível.

Talvez o preconceito fique ainda mais evidente se observadas as mulheres pardas, que ainda conseguem inserir-se mais no universo do trabalho com carteira assinada, mas mesmo assim, apenas nas piores colocações. Vê-se que, apesar de mais numerosas, elas estão excluídas de serviços que lidam com o público, mesmo que elas não sejam vistas, como é o caso das telefonistas, na qual não há nenhuma preta ou parda. O mesmo acontece com educação, com número ínfimo e moda e beleza ou saúde.

GRÁFICO 4 - ESTADO CIVIL



O gráfico 4, referente ao estado civil, pode constituir sim uma boa fonte para se refletir sobre o trabalhador gaúcho. Chama a atenção o grande número de solteiros, mais da metade do total de trabalhadores (58%). Ora, como já foi citado, neste momento não há o costume de fazer-se a carteira no início da vida laboral, portanto aqui o que se tem é o retrato dos trabalhadores como classe, formada basicamente por homens e solteiros, mesmo que já tendo certa idade. No nosso modo de ver, isso demonstra o quanto era difícil sustentar uma família naqueles anos, pelo que parte considerável dos trabalhadores não arriscava a casar-se. Em relação ao gênero, a porcentagem de mulheres solteiras é ainda maior (quase 80%) mas esse dado deve ser interpretado culturalmente, visto que, em muitas regiões, como aquelas de colonização italiana, as mulheres iam para as fábricas quando solteiras, preparando seu enxoval e, após o casamento, dedicavam-se apenas ao lar. Na realidade, não é apenas na serra que esta situação era encontrada, pois em todo local em que o homem ganhava o suficiente, não era considerado natural que a mulher trabalhasse fora de casa. Essa condição também explica a diferenciação de gênero entre viúvos, dos quais há proporcionalmente, maiores mulheres do que homens trabalhando.

GRÁFICO 5 - ESTADO CIVIL QUANTO AO SEXO

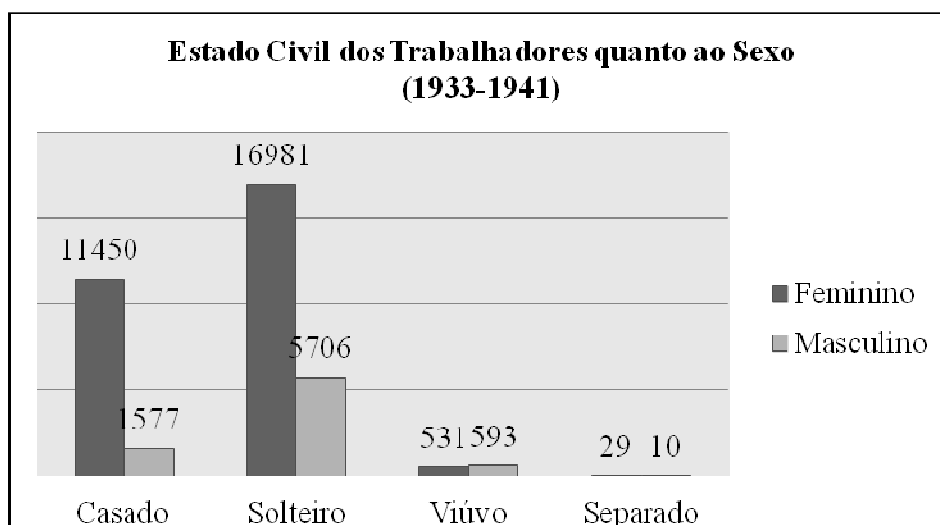
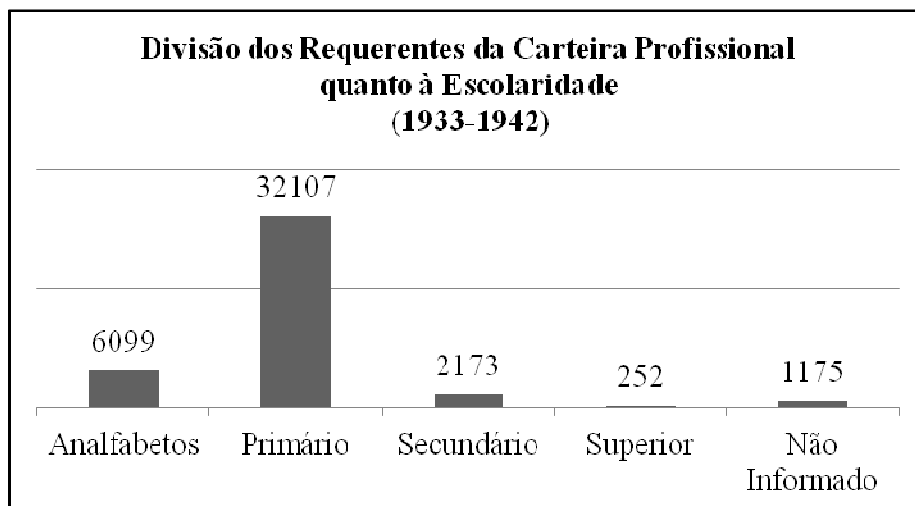
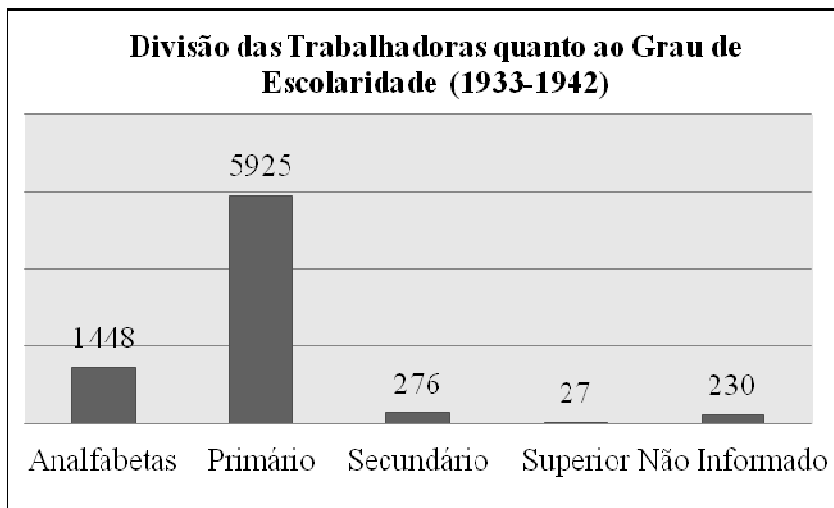


GRAFICO 6 - ESCOLARIDADE



Quanto à escolaridade, estes trabalhadores que estão buscando sua carteira profissional constituem, de certo modo, uma elite entre os trabalhadores brasileiros, visto que a grande maioria deles sabe ler e escrever, o que deve compor um quadro bem diferente com o restante do país. Mas também podemos relativizar isso por não termos ainda o total de trabalhadores de indústrias, como aquelas da alimentação, e, principalmente de setores como construção civil e portos, com carteira assinada. Só no futuro será possível ver se esta tendência se mantém ou cai, com a inserção dos dados de outras ocupações e com a interiorização do trabalho.

GRÁFICO 7- TRABALHADORAS E ESCOLARIDADE



Quanto às mulheres, vê-se que há ainda um maior número de mulheres escolarizadas do que homens, o que novamente está de acordo com o comportamento observado atualmente, em que as meninas tendem a permanecer mais na escola do que os meninos. Contudo, isso não deve nos levar a esquecer que, naqueles anos, não havia obrigatoriedade da escolarização e muitos pais tinham medo que suas filhas estudassem e então, elas não eram matriculadas em escolas. Na realidade, nestes dados sobre educação pode-se estar frente a um fenômeno de maior exigência dos empregadores pela escolarização de seus trabalhadores o que, em uma situação de dificuldade de emprego, como foram àqueles anos do final da década de 30 e especialmente, da segunda guerra, podem falsificar o resultado, aparentando que os trabalhadores são muito mais escolarizados do que aqueles de outros locais.

A guisa de conclusão, quer-se dizer apenas que, nesta comunicação, como em outras já feitas, se tentou apenas demonstrar o potencial que estas fontes das carteiras de trabalho representam para possíveis estudos sobre o trabalhador. O próprio fato de apenas agora se estar fechando uma década de dados já disponíveis para a análise, e ainda sendo esta a década de sua implantação, estando, portanto, muito longe de representar o total do conjunto dos trabalhadores fabris do estado, dificulta a interpretação dos dados. Como dissemos, o banco já feito para este projeto, com financiamento do projeto Memórias do Trabalho do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, foi importantíssimo para o deslanchar do projeto. Entretanto, a falta de financiamento posterior, faz com que ele avance muito lentamente, inclusive em termos do cruzamento dos dados, pois termina-se sempre deixando esta fase para quando houver maior amplitude da implantação da carteira pelo estado, o que vai acontecer apenas a partir de 1945. Entretanto, cremos que ficou evidente o aporte que este projeto pode trazer no futuro, para a compreensão antropológica e na dimensão regional do operariado gaúcho, bem como de sua família, educação e condições de vida.

Bibliografia

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil** (1930-1945) - Tese Doutorado FFLCH- USP, São Paulo, 1978.
- ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.
- ARAUJO, Ângela (ORG.). **Do corporativismo ao neoliberalismo**. Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BARRETO, Álvaro. **O movimento operário rio-grandense e a intervenção estatal: A FORGS e os círculos operários (1932-1935)**. Dissertação (Mestrado em História) UFRGS, 1996.
- BATALHA, Cláudio. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade? **Revista Brasileira de História**, v.12, n. 23/24, 1991, p. 111-124.
- BATALHA, Cláudio.; SILVA, Fernando; FORTES, Alexandre (ORGs). **Culturas de classe**. Campinas: EDUNICAMP, 2004.
- BIAVASCHI, Magda. **O direito do trabalho no Brasil**. 1930-1942. São Paulo: LTR-Jutra, 2004.
- BOITO Jr., Armando. **O sindicalismo de estado no Brasil** : uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas: Ed.. Unicamp, 1991.
- CASTELLUCCI, Aldrin. **Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise** (1914-1921. Salvador: FIEB, 2004.
- FEE- 1986. **De província de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul: censos do RS-1853-1950**. Porto Alegre: Ed.FEE.
- FERREIRA, Jorge . o nome e a coisa: o populismo na política Brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org)**O populismo e sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.59-124.
- FORTES, Alexandre. **Nós, do quarto distrito**. A classe trabalhadora e a era Vargas. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.
- FRENCH, John D. **Afogados em leis**. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- GOMES, Angela . **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- KONRADT, Gláucia. 2006. **Os trabalhadores e o estado novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)**. 344 p. Campinas, UNICAMP, Tese (Doutorado em História).
- KOSCHIER, Paulo Luiz Crizel. **Perfil do trabalhador pelotense na década de 1940 a partir das informações contidas nas fichas de qualificação da Delegacia Regional do Trabalho – RS**. Pelotas, UFPel, Artigo (Especialização em História do Brasil), 2006.
- LONER, Beatriz. A história operária no Rio Grande do Sul. **História Unisinos**, n. especial, São Leopoldo: Unisinos, 2001, p. 53-79.
- LONER, Beatriz. **Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937**. Porto Alegre, UFRGS, Tese (Doutorado em Sociologia), 1999, 2 vols.
- LONER, Beatriz; KOSCHIER, Paulo e BEM, Emmanuel. **Perfil dos trabalhadores gaúchos: 1933-1939**. Comunicação apresentada ao GT 21: Sindicatos, trabalhadores e ações coletivas, no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado no Recife, de 29 de maio a 1º de junho de 2007, disponível em www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/gt21

- LUCAS, Maria Elizabeth. **A FORGS e o movimento operário gaúcho no período 1931-1935**. Monografia (Bacharelado em História). Porto Alegre, UFRGS, 1978.
- MACHADO, Carmen. **O movimento operário e sindical no Rio Grande do Sul**, de 1930 a 1937. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFRGS, 1983.
- MATTOS, Marcelo Badaró (ORG.) **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca :1945-1964**. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.
- MEDEIROS, Alexandre e DAVID, Sonara. Carteira de trabalho e previdência social: o dilema das anotações feitas pela secretaria do Juízo. In: **Síntese Trabalhista**, n. 150, dez, 2001, p. 41-46.
- NADALIN, Sergio. **A demografia numa perspectiva histórica**. Belo Horizonte, ABEP, 1994.
- PAOLI, Maria Célia. O trabalhador urbano na fala dos outros. LOPES, José Leite (ORG.). **Cultura e identidade operária**. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 1987.
- RODRIGUES, José Albertino. **Sindicalismo e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difel, 1968.
- SADER, Eder e PAOLI, M^a Célia. Sobre “ classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes.) In: CARDOSO, Ruth (Org.) **A aventura antropológica – teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 39-67.
- SILVA, Fernando T. **Operários sem patrões** : os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas: EdUnicamp, 2003.
- SIMÃO, Azis . **Sindicato e estado**. São Paulo: Dominus, 1966.
- SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. Análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Nacional, 1977
- TROYANO, Annez. 1978. **Estado e sindicalismo**. São Paulo: Símbolo.
- VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- WEBER, Regina. **Os operários e a colméia**. Trabalho e etnicidade no sul do Brasil. ; Ijuí, Ed. UNIJUI, 2002.
- WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil. **Estudos Cebrap**, n.4, p.67-105, abr/mai/jun. 1973